



1. Informações Gerais

Data: 30.08.2019

Horário: 09h às 12h

Local: Plenarinho do TJAP

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar os indicadores estratégicos do ano de 2019.

3. Pauta

- 3.1. Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 3.2. Metas Nacionais;
- 3.3. Prêmio CNJ de Qualidade;
- 3.4. Acompanhamento dos Indicadores e Mapa Estratégico;
- 3.5. Agenda 2019;
- 3.6. O que ocorrer;

Comentários:

O Presidente do TJAP, Desembargador JOÃO LAGES, abriu a reunião com saudação aos presentes e, em seguida, passou a palavra para o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, que ressaltou a confirmação da convocação de todos os setores interessados na apresentação da RAE, sendo que a convocação anterior se deu por meio do Gabinete da Presidência do Tribunal, mas nessa última foi delegado a ASPLAN a qual emitiu o comunicado, e, apesar do baixo índice de presentes na reunião houve ampla divulgação no portal do TJAP e por outros expedientes, porém sem convocação direta aos interessados.



Item 3.1 da pauta: Aprovação da Ata da Reunião anterior:

Após os comentários iniciais, passou-se para a aprovação do texto da Ata da 11ª RAE (3ª de 2018). O juiz Auxiliar da Presidência apresentou o acesso ao painel de Controle de Metas 2019 por meio do Portal do Tribunal de Justiça.

Item 3.2 da pauta: Metas Nacionais 2019:

Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos, consta que até a apresentação dessa RAE o Tribunal atingiu o percentual de 100,89% para essa Meta; **Meta 2:** Julgar os processos mais antigos; no 1º grau o percentual é de 111,01% e no 2º o percentual de 122,08%; nos Juizados o percentual é de 110,32% e, nas Turmas Recursais de 111,11%; **Meta 4:** Crimes Contra a Administração Pública, com percentual de 113,35% e Priorizar o julgamento dos processos relativos à Corrupção e à Improbidade Administrativa, com percentual de 76,45%; **Meta 6:** Priorizar julgamento das Ações Coletivas, onde no 1º Grau percentual de 131,67% e no 2º Grau 119,34%; e **Meta 8:** Fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres; percentual dos Femicídios julgados 72,73% e de Crimes de Violência Doméstica 152,56%.

Item 3.3 da pauta: Prêmio CNJ de Qualidade:

Para obtenção do Prêmio CNJ de Qualidade, o Conselho Nacional de Justiça definiu três eixos e os respectivos percentuais a serem cumpridos pelos Tribunais, a saber: Art. 6º - Eixo GOVERNANÇA – 33,62%. Nesse Eixo, o TJAP atingiu no mês de Maio 11,49%, e no mês de Agosto 11,90%; Art. 7º - Eixo PRODUTIVIDADE – 36,17%. A situação do TJAP ficou assim: Maio – 17,45% e Agosto 18,31%; Art. 8º - Eixo TRANSPARÊNCIA e INFORMAÇÃO - 30,21%. Nesse Eixo, os percentuais do Tribunal de Justiça do Amapá ficaram da seguinte forma: mês de Maio – 4,68% e mês de Agosto – 26,37%. No computo dos três Eixos, o TJAP atingiu no mês Maio 33,61%, e no mês de Agosto, 56,58%. No prosseguimento da apresentação, o Juiz PAULO MADEIRA apresentou a destinação dos Prêmios nos quais serão direcionados aos Tribunais que tiverem melhor desempenho no ranking geral, considerando todos os ramos de Justiça. Assim, os Tribunais que superarem 70% dos pontos, 10% desses 70% receberão DIAMANTE. É diferente do prêmio Excelência, no sentido de que, naquele, não é somente a pontuação relativa individual a ser considerada, mas também a pontuação relativa comparada com os demais Tribunais. Poderão receber o prêmio Diamante os 9 melhores, dos 90 Tribunais. Para a premiação OURO, receberão os Tribunais que estiverem entre 10,01% e 35% das maiores pontuações relativas, desde que a pontuação relativa do tribunal supere 60%. Poderão receber o prêmio Ouro os Tribunais que ocuparem da 10ª a 31ª colocação, dos 90 Tribunais. Na premiação PRATA, serão premiados os Tribunais que estiverem entre 35,01% e 65,00% das maiores pontuações relativas, desde que a pontuação relativa do Tribunal supere 50%. Poderão receber o prêmio Prata os Tribunais que ocuparem da 32ª a 59ª colocação, dos 90 Tribunais. O Juiz PAULO MADEIRA reforçou a necessidade de



observância dos prazos para envio das informações das CNJ, que ocorrerá a partir do dia 1º até o dia 10 de setembro de 2019.

Item 3.5 da pauta: Acompanhamento dos Projetos e Indicadores Estratégicos:

Projetos Estratégicos – 17; Indicadores Estratégicos – 30. Cada Projeto tem um Patrocinador, que pode ser um Desembargador ou um Juiz; um Gestor de Projeto e um Gerente de Projeto. Dr Paulo Madeira Juiz Auxiliar da Presidência apresentou a situação de cada Projeto e respectivo índice no cumprimento da meta. O Magistrado destacou que o Tribunal de Justiça do Amapá-AP possui oito projetos estratégicos e cada um com respectivo indicador os quais totalizam 30 indicadores. Informou ainda que o Setor de Tecnologia da Informação criou uma ferramenta para acompanhar o cumprimento das metas no portal do Tribunal. Após análise prévia das Metas foi informado que o Tribunal não atingiu o percentual desejado na Meta 4 – Improbidade Administrativa; e também na Meta 8, no item - Violência Doméstica e Femicídio -, pois, existe uma falha no momento de classificação dos processos, havendo equívoco na hora de classificar o processo, porque estão identificando os crimes apenas como hediondos, sem efetuar a sub classificação na classe Femicídio. No entanto, se o Ministério Público não classificar adequadamente, cabe a Secretaria da Vara retificar o lançamento. Em seu turno, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, solicitou a palavra e comentou algumas informações obtidas no II Encontro Preparatório do Encontro Nacional; assegurou que as Metas estão sendo cumpridas e confirmou que, mensalmente, são repassadas as informações ao CNJ no que tange às Metas. Ele falou com otimismo que serão cumpridas, até o final do ano, as Metas previstas na portaria do prêmio pelo TJAP e a análise parcial é satisfatória. Contudo, o CNJ mostrou um cenário mediano nos quais os grandes Tribunais, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, estão se reerguendo para atingir as metas e concorrer efetivamente com os demais tribunais. Além disso, informou que a parcial inserida no painel de Metas Nacionais, o Tribunal do Amapá não aparece com destaque nas primeiras colocações, fato atípico de anos anteriores. ROSYWAN CANTUÁRIA, informou que o Ministro Corregedor do CNJ destacou que, em 15 anos de medição da estatística do Poder Judiciário, a Meta 1 foi integralmente cumprida pelos Tribunais, pela primeira vez foram julgados mais processos que os distribuídos, numa faixa aproximada de 2 milhões de processos num acervo referente aos anos de 2017 e 2018, de um total de 80 milhões em 2017. Após essas informações, o Juiz da Vara de Infância e Juventude, ESCLEPIADES NETO, fez uso da palavra elogiando os trabalhos e ressaltou o desdém dos demais Tribunais atinentes ao prêmio e destacou a vantagem econômica dos “grandes” Tribunais em comparação com os menores. Noutro giro, destacou o engajamento das equipes para cumprir os ditames das Metas Nacionais. O Magistrado sugeriu agregar as informações das Metas ao Tucujurômetro para facilitar o acesso das Varas. Na continuidade da apresentação, o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, analisou a baixa de processos administrativos, cuja média era 83 dias e em 2018 o Tribunal teve taxa líquida de 214. Na oportunidade, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, LÍVIA SIMONE, pediu a palavra para comentar sobre a



necessidade de estruturação do SEJUSC, ante a falta de servidores capacitados para conciliar/mediar conflitos enviados das Varas Cíveis. A respeito desse comentário, o Juiz PAULO MADEIRA sinalizou concordância com estruturação, contudo, afirmou ser mais prático que a conciliação ocorra por meio de servidores da própria Vara Cível, sob a supervisão do Juiz, já que grandes demandas entre empresas, nas lides de valor alto, certamente se tornam infrutíferas com ressalva aos processos de Família e Juizados. Outro ponto de debate foi à realização de audiências através de vídeo conferência. Nesse item, o Tribunal ainda está se estruturando para atender os ditames da portaria que regulamenta o prêmio. O Juiz ESCLEPIADES NETO solicitou providências no que tange a tornar excepcional a vídeo conferência, em virtude do não cumprimento da Meta, embora o Tribunal esteja investindo na implantação dessa tecnologia, caso contrário o entendimento será o de que é possível realizar vídeo conferência com réu preso, em vista à celeridade e a economicidade processual. Com base nesses argumentos, o Juiz ESCLEPIADES pugnou pela implantação do sistema de vídeo conferência em todos os Setores/Varas do Tribunal, por acreditar viável no seu entendimento, desde que garantidos os direitos fundamentais do preso. Por fim, o Desembargador CARLOS TORK fez uma ponderação no indicador Índice de Conciliação, ao discordar dos dados porque, no seu entendimento, os dados apresentados estão inclusos os valores de conciliações processuais e não processuais, e sugeriu uma reunião do NUPEMEC para esclarecer os dados coletados, o Desembargador CARLOS TORK afirmou que o percentual não era de 25% e sim de 17%. Houve uma observação do Diretor da ASPLAN no que tange a contradição entre as Metas 1 e 2, pois, pelos índices, a Meta 3 – Conciliar – destoa das outras Metas, nas quais o objetivo é julgar. O CNJ identificou a necessidade de correção nas próximas edições. Em sua análise, a capitação de recursos o Tribunal cumpre aos ditames da meta, no item Índice de Eficiência Operacional, custo do processo, destacou ainda que no mês de março o valor era de R\$ 3.806,00, em junho decaiu para R\$ 3.603,00. A meta a ser alcançada é o valor R\$ 2.359,00, fato pendente de outras variáveis para ser atingida. Na ocasião, a Presidente do Sindicato dos Servidores do TJAP ANNIE CHRYSTIANE, argumentou que houve um acréscimo pouco significativo e perguntou qual seria a forma de baratear o processo, já que o número de contratações de servidores e outros investimentos institucionais não geraram um grande impacto no custo do processo. Ao final da apresentação e conclusão da 12ª RAE, o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA enfatizou a necessidade de dar maior prioridade aos tópicos relacionamentos, simplificação, capacitação e gestão porque apresentam índices baixos. No entanto, existe a possibilidade de elevação do índice, principalmente em capacitação por meio da Escola Judicial. O Magistrado destacou, por fim, alguns percentuais alcançados com sucesso pelo Tribunal, certificou a importância de conscientização de todos os gestores para elevar os índices das Metas, além disso, afirmou que existe no portal do Tribunal de Justiça uma ferramenta disponível para acompanhar o desenvolvimento e integração dos índices que refletem a prestação jurisdicional aos cidadãos Amapaenses.



Item 3.6 da pauta: Agenda 2019:

A XIII RAE ficou definida para o dia 18 de novembro de 2019.

Item 3.7 da pauta: O que ocorrer:

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.

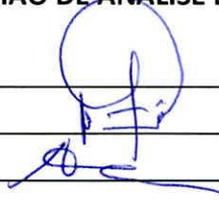
[Handwritten signatures in blue ink, including names like Allean, Silveira, and others, scattered across the page.]



RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargador João Lages – Presidente		
Desembargadora Sueli Pini		
Desembargador Eduardo Contreras		
Desembargador Gilberto Pinheiro		
Desembargador Carmo Antonio		
Desembargador Carlos Tork		
Desembargador Manoel Brito		
Juiz Paulo César Madeira – Juiz Auxiliar da Presidência		
Lívia Simone Oliveira de F. Cardoso – Juíza de Direito		
Alessandro Rilsony – Diretor Geral		
Rosywan Cantuária – Assessor de Planejamento		
Gestores de Projetos	Data	Assinatura
Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito		
Antonio Ernesto Amoras Collares – Juiz de Direito		
Stella Simonne Ramos – Juíza de Direito		
Juiz Paulo César Madeira – Juiz Auxiliar da Presidência		
Veridiano Ferreira Colares		
Bernadeth Farias Corrêa		
Gerentes de Projetos	Data	Assinatura
Diego França da Silva		
Edinaldo Siqueira da Costa		
Walmir Bezerra de Mesquita		
Francisco Ângelo Martins Pereira		
Alan Davis Freire de Souza		
Danielle Gabrielle Galvão de Oliveira S. Alcântara		
Wilson Aguiar da Silva		



Adelson Armando Marques Anderson		
Augusto Cesar Alberto Neri		
Márcio Alcântara		
Sônia Regina dos Santos Ribeiro		
Oberdan Serrão de Almeida		
Aloísio Miranda Menescal		
Rubens José Barros Gomes		
Nilda Maria Gonçalves Neves	18/11/19	
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Job Duarte Moraes		
Samuel da Silva Carvalho		
Edson Fernandes de Carvalho		
Núcleo de Estatística	Data	Assinatura
Joudson Medeiros de Oliveira		
Adriana Moraes de Carvalho		
Teófilo Emílio Soeiro dos Santos		
Carlson Uchoa		



 (NEY A. PARENTE)









